

## ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS DOENÇAS RELACIONADAS A POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA DO ESTADO DE SERGIPE

Jesiane Santos<sup>1</sup> Claudio Pessoa de Almeida<sup>2</sup> Cristiane Toniolo Dias<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Departamento de Estatística e Ciências Atuariais  
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil  
jesiane.barreto@gmail.com

<sup>2</sup>Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI  
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil  
clapesalm@gmail.com

<sup>3</sup>Departamento de Estatística e Ciências Atuariais  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI  
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil  
clapesalm@gmail.com

### Resumo

*Ao se realizar um estudo sobre a população carcerária feminina de Sergipe, uma contatação é que os principais tratamentos de saúde que essa população foi submetida está em relação a três doenças: doenças sexualmente transmissíveis (DST), hepatite e tuberculose. Este trabalho objetiva-se em verificar as publicações e tecnologias que estão envolvidas nestas doenças tratadas pelas mulheres em situação de cárceres em Sergipe. Neste artigo busca-se apresentar um relatório usando os dados abertos na plataforma Lens.org. Verifica-se que existe interesse tanto no meio acadêmico quanto tecnológico em publicação de trabalhos que envolvam as doenças relacionadas com o meio prisional. Os Estados Unidos é o país com maior número depósito de patentes nesse tema, e a Universidade de Londres é a maior detentora das publicações na área em estudo.*

**Palavras-chave:** Tuberculose, DST, Prisão, Lens.

### 1 Introdução

Na evolução da história da vida em cárcere, observou-se que em vários séculos a preocupação do Estado era voltado apenas para população do sexo masculino devido ao baixo índice de criminalidade cometido por mulheres, em 1920 com o aumento do número de mulheres delinquentes, o Estado passaria, pouco a pouco, a exercer uma maior autoridade sobre as mulheres presas (FREITAS, 2012, p. 1).

Em uma análise geral, pode-se afirmar que na população carcerária mundial as mulheres representam uma pequena parte desta, mas ao se estudar o aumento do encarceramento feminino, percebe-se que este vem aumentando ano a ano de modo preocupante e acelerado, e por serem considerada uma proporção pequena da população carcerária, e suas necessidades especiais de saúde e o tratamento de doenças infecciosas são frequentemente negligenciadas pelo sistema de

saúde prisional. Sabe-se que as mulheres possuem necessidades e condições de saúde mais específicas do que os homens, e este sistema de saúde prisional são baseados nas necessidades em comum em ambos os sexos (BOURDILLON, 2017; VAN HOUT, MHLANGA-GUNDA, 2018)

Existem preocupações nesse cenário, e realizam normativos para que essas mulheres aprisionadas não estejam desamparadas, todavia a precariedade da situação das detentas é notória, visto que o método de tratá-las é inferior ao cedido aos encarcerados do sexo masculino. Verifica-se muitas vezes que são tratadas como se fossem homens, não visando necessidades especiais voltadas principalmente para saúde e higiene (SANTORO; PEREIRA, 2018).

A evolução dos índices da criminalidade feminina no Brasil, pode ser verificado devido ao país estar no ranking dos dez países com maior quantitativo de mulheres privadas de liberdade do planeta em 2015, neste ano o Brasil aparece como quinto lugar (Rosa, 2018). Os governantes devem estar cientes desta preocupação e propensos a dar melhoria e soluções para redução de tais índices (Cerneka, 2009).

“[...] o Brasil conta com uma população carcerária de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.3802 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4% enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres” (Santoro; Pereira, 2018, p. 5). Sendo assim, “o crescimento da população prisional feminina é latente, enquanto a oferta de vagas e unidades próprias não acompanham tais índices” (KLANOVICZ; BUGAI, 2019, p. 11).

Existe características nos perfis das mulheres que estão em situação de aprisionamento, em sua grande maioria possuem baixa escolaridade, negras, desprovidas de recursos financeiros. Outro ponto em comum entre as detentas é o motivo que levaram a estar nessa situação, em sua maioria tem envolvimento com o tráfico de entorpecentes, as quais também relatam serem usuárias de drogas (Rosa, 2018; Santoro; Pereira, 2018).

Houve um aumento nos registros de mulheres em cárcere no Brasil passou de pouco mais de 5.500 no ano 2000 para mais de 44,5 mil em 2016. A maioria destas mulheres estão presas por conta do tráfico de drogas cerca de 62%, e são as principais ou únicas responsáveis pelo sustento dos filhos, estas correspondem a 80% (Klanovicz; Bugai, 2019, p. 80-81).

Além das dificuldades enfrentadas no aprisionamento, as mulheres também sofrem com o patriarcado, “[...] que se caracteriza por acentuar as desigualdades sociais e o poder diferenciado do gênero masculino em relação ao feminino. [...] os quais os homens possuem hierarquicamente o poder de controlar e oprimir as mulheres.” (Calhiari et al., 2017, p. 399).

A discriminação é algo constante sofrido pelas mulheres, obrigadas a serem passivas e submissas. Vivendo, em sua maioria, em prisões mistas, não havendo responsabilidade com sua volta a sociedade (Colombaroli, 2016). A mulher presa também passa por conflitos quando se trata de visitação íntima. Mesmo que em 1999 as regras de liberação já existissem, só em 2011 aconteceu a aprovação. Visto que, ao ocorrer visitações desse tipo, expressaria autonomia da mulher na população patriarca e com sexismo (ibid.).

Existem muitas dificuldades relacionadas a vida em cárcere, uma delas está relacionada a cuidados e manutenção da saúde, em relação a mulher presa, que são a qualidade do atendimento a saúde relacionado ao baixo custo que se   destinado a esta causa, manter cuidados com a higienização, risco de adoecimento transmissível torna-se cada vez mais difícil devido as cadeias que ultrapassam o limite de lotação. (Teixeira et al., 2017).

Ao se tratar de população presidiária compreendida pelo Sistema Penitenciário tem se o fato de que em sua grande maioria ficam expostas a diversos fatores de risco à saúde, ocorrendo um número significativo de casos de DST/AIDS, tuberculose, pneumonias, dermatoses, transtornos mentais, hepatites, traumas, diarreias infecciosas, além de outros problemas prevalentes na população adulta brasileira, tais como hipertensão arterial e Diabetes mellitus (Teixeira et al., 2017, p. 1659-1673).

“De modo geral, as mulheres presas, no Brasil, não estão privadas apenas da liberdade, mas também de seu direito à intimidade, à maternidade, à privacidade, à saúde, dentre outras garantias fundamentais” (Klanovicz; Bugai, 2019, p. 92).

Em Sergipe ao realizar uma análise sobre as mulheres que vivem em situação de cárcere observou-se que as doenças que as encarceradas já fizeram tratamento no Presídio Feminino é a DST (doenças sexualmente transmissíveis), com 10% das internas, a Tuberculose ocupa o segundo lugar, com 9%, e posteriormente, verifica-se que a hepatite (A, B, C), composta por 5% das mulheres.

As mulheres em cárcere correm maior risco contra a tuberculose, conforme pode ser constatado nas referências com o aumento das taxas de encarceramento entre as mulheres verifica-se que as taxas de detecção de doenças como a tuberculose e DST também aumentaram proporcionalmente (BOURDILLON, 2017; VAN HOUT, MHLANGA-GUNDA, 2018).

### 3.METODOLOGIA

O tipo de pesquisa quanto aos objetivos, é exploratória, pela utilização da pesquisa bibliográfica (Rodrigues, 2007.), no qual foi realizado um estudo por trabalhos no Google acadêmico, mecanismo adequado para pesquisa com citações (Caregnato, 2011), que tratavam dos assuntos relacionados ao perfil das aprisionadas, assim como os temas tratados nos cruzamentos.

A revisão da literatura é uma parte importante em qualquer pesquisa, pois é a partir dela que será desenvolvida a base de conhecimento para responder à questão de pesquisa proposta (Tranfield, Denyer, & Smart, 2003). Ela pode ser sistemática, baseando-se em um processo claro e definido, de tal forma que possa ser repetido (Ridley, 2012). Neste contexto, a presente pesquisa é de natureza exploratória, tendo o objetivo de dar ao pesquisador uma visão geral e maior conhecimento dos temas, com o propósito de formular problemas mais bem definidos, ou mesmo levantar hipóteses que possam abrir portas para pesquisas futuras (Gil, 1999).

A pesquisa bibliográfica utilizada neste trabalho foi conduzida na base de dados lens.org, como objetivo do artigo é identificar a relação existente entre as doenças relacionadas nesta pesquisa e a prisão.

Realizou-se uma busca em junho de 2021 na base Leans, que capta informações globais de patentes e de pesquisas acadêmicas, disponível em <https://www.lens.org>.

Nesse trabalho foi utilizado a tabela dinâmica no Microsoft Excel™ (2016) para a criação de cruzamentos de variáveis mais significativas para explicar o perfil geral das aprisionadas. Além disso, foi usado na criação dos gráficos.

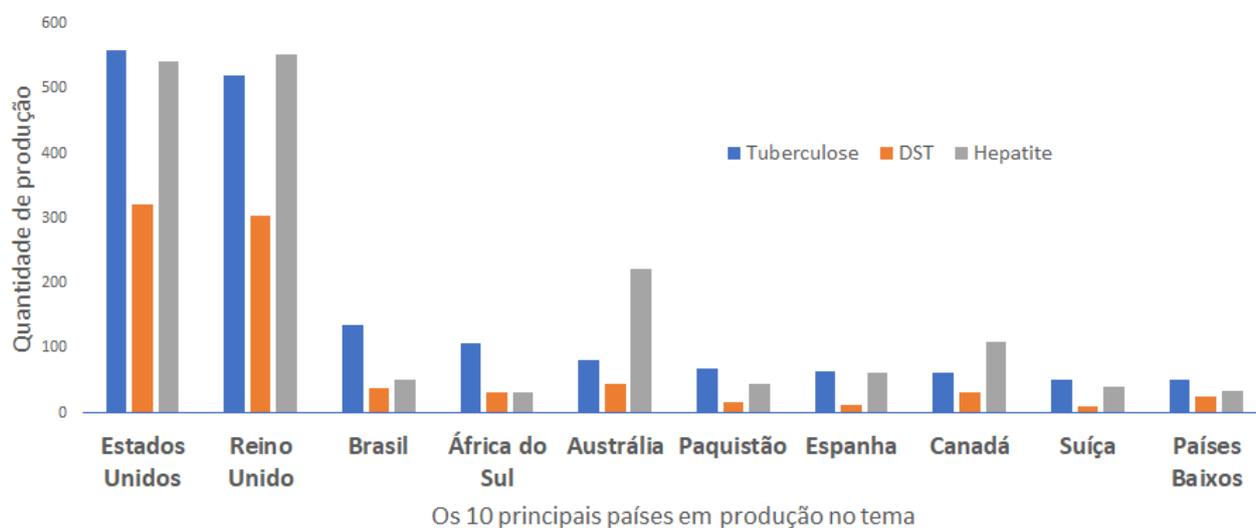
Tabela 1 – Pesquisa na base de dados Lens.org

<b>Termo pesquisado</b>	<b>Publicações</b>	<b>Depósitos de Patentes</b>
("sexually transmitted diseases" OR STD) AND prison	1.805	40
Tuberculosis AND prison	3.004	76
Hepatitis AND prison	2.847	93

Fonte: Elaborado pelos autores (2021) organizado pelos dados coletados da base lens.org



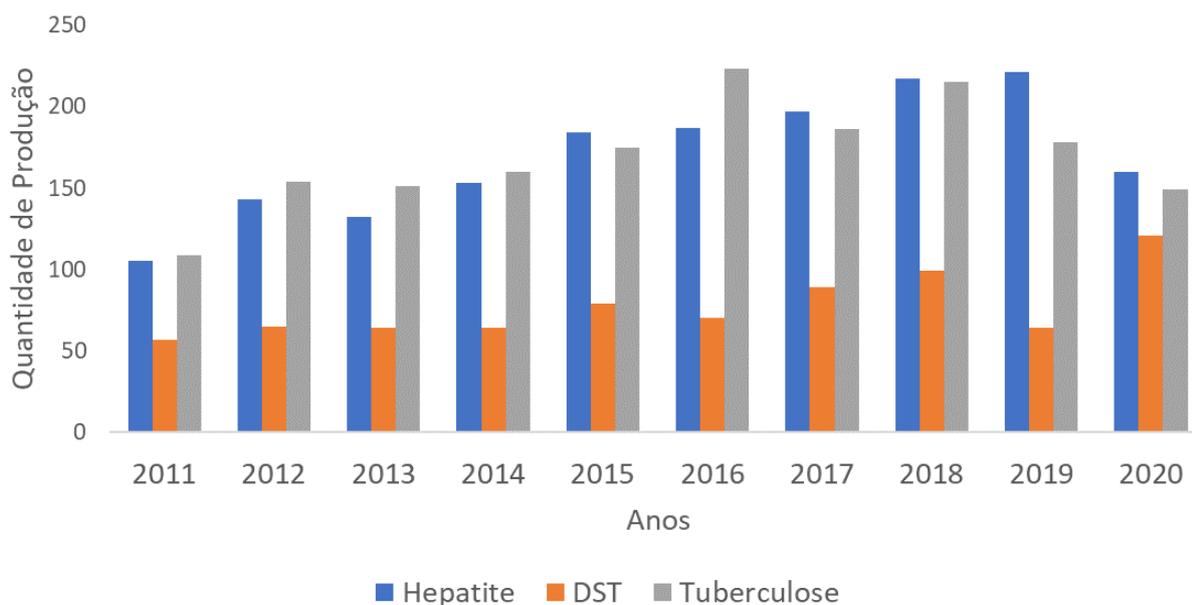
Figura 2 – Comparativo da distribuição das publicações em relação ao País e as três principais doenças



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) organizado pelos dados coletados da base lens.org

As primeiras publicações relacionando as doenças pesquisadas com prisão surgiram nos anos de 1950, e vem evoluindo no decorrer dos anos, fazendo uma análise dos últimos dez anos de publicações vemos que são publicações que estão em constante evolução, e em alta, tendo sempre publicações, neste ano de 2021 já possui publicações, devido ao ano ainda estar em curso não foi inserido no gráfico da Figura 3, em média já possuem 40 publicações este ano em cada uma das doenças.

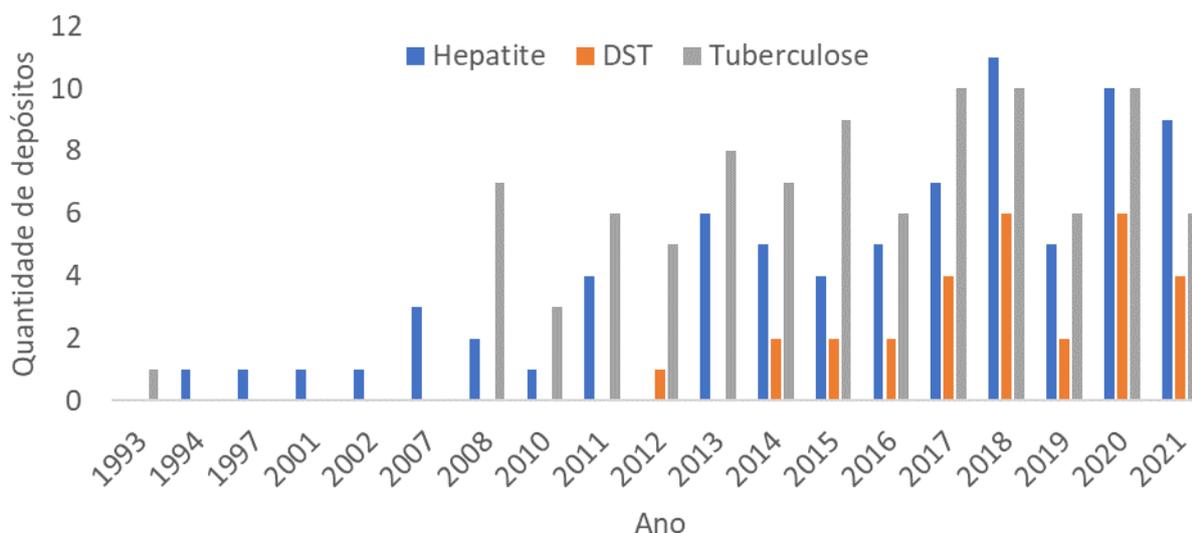
Figura 3 – Comparativo da distribuição das publicações em relação aos últimos 10 Anos e as três principais doenças



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) organizado pelos dados coletados da base lens.org

Na análise patentária vemos que as primeiras patentes na área foram depositadas na década de 1990, e que a partir de 2007 que vem aumentando os depósitos, os termos são os mesmos utilizados nas publicações acadêmicas. Em relação aos países depositantes, verifica-se que os Estados Unidos possui a grande maioria dos depósitos sendo: 69,74% dos depósitos relacionados a Tuberculose e prisão, 68,81% das patentes depositadas relacionando Hepatite e prisão e em relação a DST os EUA são responsáveis por 68,97%, os demais países possuem apenas alguns depósitos tendo um percentual menor que um.

Figura 4 – Comparativo da distribuição dos depósitos de patentes em relação ao Ano e as três principais doenças



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) organizado pelos dados coletados da base lens.org

#### 4 Considerações Finais

Ao realizar a pesquisa bibliográfica foi identificado que as características relacionadas ao perfil de aprisionadas em cárceres femininos pelo país são de autodeclaradas negras, mães, e traficantes de drogas, não recebem muitos visitantes e têm altos casos de DST/AIDS, tuberculose e hepatite.

Em relação à saúde das aprisionadas em Sergipe, as doenças que elas possuíam no momento da coleta eram hipertensão, DST, hanseníase/psoríase, câncer de mama e hepatite (A, B, C). Sobre as doenças que já fizeram tratamento, a DST se destaca. Seguido da tuberculose que no momento da coleta, as entrevistadas afirmaram não possuí-la. Este fato contribuiu para o ímpeto da pesquisa bibliográfica, mostrando que existe muitos estudos em relação entre as doença e o cárcere.

Ao analisar os dados advindos do Lens, percebe-se um grande interesse em publicações sobre o tema, a relação das doenças citadas com o cárcere é visível a relação existente, os principais artigos tratam de análise das doenças e relações entre a dissiminação da doenças e a vida em cárcere, as publicações tratam do alto índice das doenças relacionadas as pessoas que vivem privadas da liberdade, e as patentes encontradas no Lens, tratam de invenções voltadas ao processo de prevenção e tratamento das doenças relacionadas ao tema da pesquisa.

#### Referências

- BOURDILLON, Paul M. et al. Increase in tuberculosis cases among prisoners, Brazil, 2009–2014. **Emerging infectious diseases**, v. 23, n. 3, p. 496, 2017.
- CERNEKA, Heidi Ann. Homens que Menstruam: Considerações a Cerca do Sistema Prisional as Especificidades da Mulher. **Veredas do Direito**. 2009.
- CERNEKA, Heidi Ann. Regras de Bangkok: está na hora de fazê-las valer. **Boletim IBCCRIM**, v. 20, 2018.
- COLOMBAROLI, Ana Carolina de Moraes. Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas. **Brasil; Presidência da República; Secretaria de Políticas para Mulheres.(Org.). 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília: Presidência da República**. 2011.
- DE MORAIS COLOMBAROLI, Ana Carolina. **Violação da Dignidade da Mulher no Cárcere: Restrições à Visita Íntima nas Penitenciárias Femininas**. 2016.
- TEIXEIRA, Marlene Menezes et al. Saúde da mulher encarcerada: uma proposta de intervenção, amor e vida. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. 2017.
- DIAS, Ediane; SILVA, Grazielle; BARROS, Débora. A reconstrução dos vínculos afetivos, familiares e comunitários de uma egressa do presídio feminino do Distrito Federal. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 3, n. 1, 2012.
- ESTEFAM, A. **Direito Penal: Parte Geral**. Saraiva Educação SA. 2018.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JUNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**.2009.
- FREITAS, Cláudia Regina. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. **Rev Fac Arnaldo Jansen Direito**. 2014.
- KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; DE ARAÚJO BUGAI, Fernanda. MULHERES NO CÁRCERE: A estrutura do sistema prisional e a construção do gênero no Brasil. **Revista História & Perspectivas**. 2018.
- RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**. 2007.
- ROSA, Marinês da. Mulheres na máquina do abandono: a escuta de Debora Diniz num presídio feminino. **Revista Estudos Feministas**. 2018.
- RIEFEL, ALESSANDRA RODRIGUES et al. MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ATRÁS DAS GRADES. **ANAIS CONGREGA MIC-Mostra de Iniciação Científica e ANAIS MIC JR-Mostra de Iniciação Científica Jr**, p. 260-261, 2017.
- SCHARF, Alexandre Moisés Eger. O sistema prisional e a ressocialização do preso através da atividade laboral. **Direito-Pedra Branca**, 2009.
- SCHERER, Zeyne Alves Pires et al. Perfil sociodemográfico e história penal da população encarcerada de uma penitenciária feminina do interior do estado de São Paulo. **SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 7, n. 2, 2011.
- SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; PEREIRA, Ana Carolina Antunes; DE LARA, Maíra Batista. Gênero e prisão: O encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**. 2018.

SILVA, Amanda Daniele. Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. 2015.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

RIDLEY, Diana. The literature review: A step-by-step guide for students. 2012.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, 1999.

VAN HOUT, Marie Claire; MHLANGA-GUNDA, Rosemary. Contemporary women prisoners health experiences, unique prison health care needs and health care outcomes in sub Saharan Africa: a scoping review of extant literature. **BMC international health and human rights**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2018.

SANTORO, Antonio Eduardo Ramirez; PEREIRA, Ana Carolina Antunes; DE LARA, Maíra Batista. Gênero e prisão: O encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018.

CALHIARI, Eliane; DA SILVA SANTOS, Leticia Rodrigues; BRUNINI, Bárbara Cossetin Costa Beber. De algozes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere. **Psicologia Argumento**, v. 33, n. 82, 2017.

MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; CAREGNATO, Sonia Elisa. Co-autoria em artigos e patentes: um estudo da interação entre a produção científica e tecnológica. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 16, p. 153-167, 2011.